
UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

JUIZ PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA.¹

1 – INTRODUÇÃO

A ciência move-se pela polêmica. Sem esse exercício dialético não há evolução técnica ou, no nosso caso, o desenvolvimento das ferramentas lógicas para a aplicação do direito positivo. E o direito processual civil sempre foi solo fecundo para as divergências de pensamento, desde o célebre embate, ainda em meados do século XIX, entre Theodor Muther e Bernard Windscheid, acerca do conceito e atualidade da *actio romana*, que lançou as bases para a autonomia científica desse ramo do direito.

Atualmente, trava-se acalorado debate acerca da coisa julgada material. Fala-se em “relativização” do instituto, face os imperativos da justiça, que suplantam mesmo o princípio da segurança jurídica, tantas vezes defendido noutras épocas. Por outro lado, aponta-se que o princípio da soberania do julgado não tem o condão de sobrelevar-se sobre todos os demais cânones constitucionais, razão pela qual, caso alguma decisão tenha se descurado da norma maior, sequer teria existência jurídica, podendo ser atacada a qualquer tempo por simples ação anulatória. Cuida-se da recentemente nomeada “coisa julgada inconstitucional”, que ganhou ênfase especial graças a Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que introduziu um parágrafo único no art. 741 do CPC, e o § 5º, no art. 884 da CLT, expressamente consignando a inexibibilidade dos títulos executivos judiciais que contrariassem norma declarada inconstitucional.

Pretendemos dar aqui nossa humilde contribuição ao desenvolvimento desse tema, tentando divisar o que realmente pode ser entendido como uma tentativa de flexibilizar a proteção ao julgado, daquilo que aparentemente não procede assim.

2 – A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A insurgência quanto ao caráter imperativo da coisa julgada em nosso país nasceu em duas frentes.

¹ Juiz Titular da Vara do Trabalho de Taperoá-PB, Mestre em Ciências Jurídicas pela UFPB, Professor Adjunto do UNIPÊ

De um lado, os tribunais depararam-se com uma série de decisões definitivas e transitadas em julgado estabelecendo valores indenizatórios manifestamente absurdos em ações desapropriatórias, bem como, e aí mais grave, a contestação de decisões relativas à filiação, proferidas em épocas anteriores ao uso do exame de DNA, que se contrapunham à realidade científica, submetendo os prejudicados a situação de manifesta injustiça.

Justamente analisando o conteúdo de inovadoras decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, que simplesmente desconsideraram a coisa julgada ante os imperativos da justiça, o Min. José Augusto Delgado, em célebre palestra proferida no I Simpósio de Direito Público da AGU, 5ª Região, em dezembro de 2000, intitulada “*Efeitos da coisa julgada e os princípios constitucionais*” (In: NASCIMENTO, 2004, p. 60-61), sumariou a dimensão do problema nos seguintes termos:

[...] a) o princípio-força da coisa julgada é de natureza relativa; b) a coisa julgada não pode sobrepor-se aos princípios da moralidade e da legalidade; c) o Poder Judiciário, ao decidir a lide pelos juízes que o integram, cumpre missão estatal de natureza absoluta, com função destinada a aplicar, de modo imperativo, as estruturas que sustentam o regime democrático; d) a sentença judicial, mesmo coberta com o manto da coisa julgada, não pode ser veículo de injustiças; e) o *decisum* judicial não pode produzir resultados que materializem situações além ou aquém das garantidas pela Constituição Federal; f) a carga imperativa da coisa julgada pode ser revista, em qualquer tempo, quando eivada de vícios graves que produza conseqüências que alterem o estado natural das coisas, que estipule obrigações para o Estado ou para o cidadão ou para pessoas jurídicas que não sejam amparadas pelo direito; g) a regra do respeito à coisa julgada é impositiva da segurança jurídica, porém, esta não se sobrepõe a outros valores que dignificam a cidadania e o Estado Democrático; h) a garantia da coisa julgada não pode ser alterada pela lei para prejudicar, em homenagem ao princípio da não-retroatividade; i) os fatos apurados pela sentença nunca transitam em julgado, por a decisão referir-se a eles com as características de tempo, modo e lugar como foram apurados; j) a coisa julgada não deve ser via para o cometimento de injustiças, de apropriações indébitas de valores contra o particular ou contra o Estado, de provocação de desigualdades nas relações do contribuinte com o fisco, nas dos servidores com o órgão que os acolhe, porque a Constituição Federal não permite que a tanto ela alcance; k) em tema de desapropriação, o princípio da justa indenização reina acima do garantidor da coisa julgada; l) a sentença trânsita em julgado pode ser revista, além do prazo para rescisória, quando a injustiça nela contida for de alcance que afronte a estrutura do regime democrático por conter apologia da quebra da

imoralidade, de ilegalidade, do respeito à Constituição Federal e às regras da natureza; e m) a segurança jurídica imposta pela coisa julgada está vinculada aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem seguir o ato judicial.

Também é partidário fervoroso da tese da relativização o professor Candido Rangel Dinamarco. Em seu artigo “*Relativizar a coisa julgada material*” (REPRO, 109, 2003, p. 13), afirma: “[...] um óbvio predicado essencial à tutela jurisdicional, que a doutrina moderna alcandora e realça, é o da *justiça das decisões*. Essa preocupação não é apenas minha: a doutrina e os tribunais começam a despertar para a necessidade de repensar a garantia constitucional e o instituto técnico-processual da coisa julgada, na consciência de que *não é legítimo eternizar injustiças a pretexto de evitar a eternização de incertezas*”.

No plano normativo, os partidários dessa nova vertente interpretativa da coisa julgada identificam como marco a Medida Provisória 1.984-17, de maio de 2000, que após sucessivas reedições passou a ser a de número 2.180-35/2001, introdutora de um parágrafo único no art. 741 do CPC (posteriormente também transposta para o art. 884 da CLT, na forma de um parágrafo 5º), dispondo ser inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

Nesse particular, Humberto Theodoro Júnior e Juliana Cordeiro de Faria, em artigo nominado “*A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle*” (In: NASCIMENTO, 2004, p. 98-99), chegam a afirmar:

[...] Da desconformidade do ato público, qualquer que seja ele, com a ordem constitucional decorre uma invalidade. O ato apresenta-se absolutamente nulo, de sorte que, a qualquer tempo e em qualquer juízo, essa nulidade poderá ser perquirida e declarada. A coisa julgada não tem, nessa ordem de idéias, força para afastar a nulidade decorrente da contradição estabelecida entre o comando sentencial e mandamento diverso constante da Constituição. No sistema de controle difuso vigorante no Brasil, todo o juiz ao decidir qualquer processo se vê investido no poder de controlar a constitucionalidade da norma ou ato cujo cumprimento se postula em juízo.

No bojo dos embargos à execução, portanto, o juiz, mesmo sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, está credenciado a recusar execução à sentença que contraria preceito constitucional, ainda que o trânsito em julgado já se tenha verificado.

O que se deduz do texto do parágrafo único do art. 741 do CPC é que se torna inquestionável o dever de recusar a execução da sentença quando a norma legal que lhe serviu de fundamento já tenha sido declarada inconstitucional pelo

Supremo Tribunal Federal. Não caberá, portanto, ao juiz dos embargos recusar a interpretação a que chegou a Suprema Corte. A inexibibilidade do crédito exequindo será automática decorrência do pronunciamento de inconstitucionalidade do STF.

Não havendo, porém, esse dado vinculante, continuará o juiz dos embargos com o poder natural de reconhecer a inconstitucionalidade da sentença, se esta evidentemente tiver sido dada em contradição com a ordem constitucional. Aliás, o próprio texto do parágrafo único do art. 741 do CPC aponta para duas situações legitimadoras do reconhecimento da inconstitucionalidade, na espécie, ou seja: a) sentença fundada em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal; ou b) sentença que tenha aplicado ou interpretado lei ou ato normativo, de forma incompatível com a Constituição Federal.

Na segunda parte do dispositivo em exame, destarte, a inexequibilidade não se reporta ao prévio pronunciamento do STF, mas decorre de constatação feita diretamente pelo juiz dos embargos sobre o teor do título executivo judicial.

Em linhas gerais, eis aqui as bases dessa nova abordagem. Vê-se que se funda na soberania da Constituição Federal. A decisão judicial, como qualquer outro ato estatal, deve pautar-se pelo respeito incondicional aos valores e princípios consagrados na norma maior, além de ser uma inequívoca manifestação da justiça. Se assim não procede o julgador, não será a coisa julgada material porventura advinda no caso que irá coroar sua decisão com o manto da respeitabilidade incondicional. Sendo nula (embora alguns advoguem mesmo a idéia da inexistência), poderá ser atacada a qualquer tempo, mesmo superado o prazo para o ajuizamento da rescisória, através de uma ação declaratória, pela via dos embargos do devedor, por uma objeção de pré-executividade, mandado de segurança, podendo ser reconhecida, *ex officio*, por qualquer magistrado que tenha de dar efetividade ao comando sentencial.

Vale notar, segundo os partidários da novel vertente interpretativa, que o tratamento dado à coisa julgada pelo Constituição Federal é extremamente tímido, limitado à sua proteção por lei posterior que vise fazer *tabula rasa* do caso julgado. Toda a regulação do instituto é feita através de lei ordinária, portanto, no processo, sua aplicabilidade deve ser sempre feita com o uso dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

3 – ALGUMAS PREOCUPAÇÕES

Embora não queira receber a pecha de retrógrado, não posso deixar de externar algumas preocupações quanto ao tema. Nota-se um aumento gradual do nível de abstração quando se fala no relativismo da coisa julgada. Segundo vimos acima, em nome da supremacia dos comandos constitucionais, deixa-se de lado a

segurança jurídica, idéia consagrada nos ordenamentos jurídicos há muito tempo. Se levarmos ao limite as idéias acima elencadas, veremos que uma demanda pode se eternizar, posto que a superação de todas as possibilidades recursais e o manejo da ação rescisória já não são suficientes para pacificar as partes. Qualquer cidadão, em nome do princípio do acesso à jurisdição, estaria legitimado propor ainda outras medidas visando atacar o julgado primitivo, dentro ou fora da execução, sem qualquer limitação temporal. Isto é, ninguém poderia asseverar ter tido êxito em sua pretensão, a não ser que tivesse realizado uma composição com a parte adversa, vinculando herdeiros e sucessores!

Não há dúvidas que a jurisdição, a exemplo dos demais poderes estatais, deve quedar-se aos comandos constitucionais, ao materializar seus atos decisórios. Acontece que o traço decisivo que lhe distingue das outras atividades públicas diz respeito justamente a *definitividade* de suas decisões, imunizadas que ficam, ante o fenômeno da coisa julgada. Retirar essa característica é simplesmente modificar a essência da função judicante. E aí, pergunto: será que a garantia constitucional do acesso à jurisdição, também não implica em obter decisões que realmente levem a um patamar mínimo de segurança nas relações sociais?

É fato que o legislador constituinte não foi prolixo quanto ao tema da proteção da coisa julgada. Mas também no texto constitucional federal iremos encontrar expressa referência à ação rescisória nos tribunais (arts. 101, “j”, 104, “e”, 108, “b”).

Também não deixa de ser preocupante o tratamento que vem sendo dado ao denominado princípio da proporcionalidade, que nem mesmo se pode aceitar sem reservas a alegação de que ele detém o status de princípio constitucional. Como bem afirma Eros Roberto Grau (2002, p. 221), “nada há de novo na proporcionalidade e na razoabilidade, postulados que desde há muito, e independentemente da formulação dessas duas noções, vem o Poder Judiciário exercitando na interpretação/aplicação do direito, como se ambas estivessem contidas nas suas dobras (Ávila 1999/170)”. E arremata adiante: “Proporcionalidade e razoabilidade são, destarte, postulados normativos da interpretação/aplicação do direito, e não princípios”.

Assim sendo, embora compartilhe integralmente com os anseios de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional, repelindo decisões inconstitucionais e injustas, entendo ser necessário separar aquilo que é realmente inovador nessa vertente de pensamento. Se é que isso existe...

4 – O ALCANCE DA RELATIVIZAÇÃO

Diz o CPC que “denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna

imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário” (art. 467).

Segundo a doutrina dominante, tal dispositivo espelha a adoção da teoria de Liebman acerca da coisa julgada. Segundo ela, é preciso distinguir, de logo, os conceitos de eficácia natural, conteúdo e efeitos da sentença (ou acórdão), além do que seria autoridade da coisa julgada.

Uma sentença, a exemplo de qualquer ato administrativo, deve ser apta a produzir alguma modificação no plano fático. Essa aptidão traduz o que seria sua *eficácia natural*. Do ponto de vista concreto, tal capacidade pode facilmente ser observada nos verbos contidos no comando sentencial (condeno, homologo, constituo etc.), revelando, assim, seu *conteúdo*. Transitada em julgado a sentença de mérito, será acrescido um *plus*, uma qualidade, ao conteúdo da sentença, qual seja sua *imutabilidade e indiscutibilidade*. Tão logo isso ocorre, forma-se o fenômeno que deriva a *autoridade* da coisa julgada, que somente se projeta, via de regra, *inter partes*.

Já os *efeitos*, que podem muito bem vir a prejudicar terceiros, não se sujeitam à imutabilidade (e indiscutibilidade) do comando sentencial, segundo bem adverte José Maria Tesheiner (2001, p. 74):

[...] Os efeitos da sentença, mesmo passada em julgado, não se destinam a perdurar indefinidamente. O efeito executivo da sentença condenatória exaure-se com a execução. A situação jurídica decorrente de sentença constitutiva é suscetível de modificação, por fato posterior.

Imutável, porém, é o conteúdo da sentença passada em julgado, mesmo em se tratando de relação continuativa. O condenado à prestação alimentar não pode pleitear a declaração judicial de que, já ao tempo da primeira sentença, nada devia a esse título.

Ocorre que o modelo acima traçado pode ser tido como um *perfil básico da coisa julgada*. Posto que, conforme já se disse acima, o tratamento da coisa julgada, em nosso sistema legal, nunca foi pormenorizado no texto constitucional, deixando-se para legislação ordinária sua regulação.

Atendendo-se às necessidades de cada bem a ser tutelado, nunca foi vedada a construção de outras alternativas. Isso porque, a coisa julgada é muito mais um instituto destinado à atenção das conveniências políticas do legislador, como observa Marcelo Abelha Rodrigues (2003, p. 337), que entende que aquilo que denominamos por relativização da coisa julgada, deveria ser chamado corretamente de *relativização da autoridade da coisa julgada*.

Tome-se por exemplo, o que ocorre nas ações para a defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Segundo o art. 103 do Código de

Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), os efeitos da coisa julgada podem ser *erga omnes* (tratando-se de direitos difusos ou individuais homogêneos) ou *ultra partes* (direitos coletivos). Ademais, nas situações descritas nos itens I e II daquela norma, não há que se falar em coisa julgada na hipótese de julgamento de improcedência por insuficiência de provas. Portanto, aqui o tratamento que se dá ao instituto é *secundum eventum litis*, numa tentativa clara de proteger o lado mais fraco da relação processual (*in utilibus*). E vale destacar que isso nada tem de novo, posto que a Lei n. 4.717/65, que regula a ação popular, já prescrevia em seu art. 18 que “a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova”.

Vê-se, pois, que o próprio legislador ao construir procedimentos voltados à tutela de interesses específicos pode e deve alterar o *standart* da coisa julgada, consagrado nos arts. 467, 472 e 474 do CPC.

E isso ocorre até mesmo no próprio Código de Processo, quando se permite ao revel invocar nos embargos à execução fundada em título judicial a falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento (art. 741, I, CPC). Decerto que seria um despropósito manter uma decisão causadora de prejuízo ao devedor e que violou os mais básicos cânones processuais. Mesmo assim, diga-se, não se trata de *sentença inexistente*, mas de um ato jurídico que surtirá seus efeitos até que haja a decretação do vício que o acomete, seja no curso da execução (via embargos do devedor), por ação declaratória ou mesmo mandado de segurança.

E quanto às modificações produzidas pela MP 2.180-35? Adianto que entendo serem perfeitamente ajustadas ao texto constitucional, justamente por representarem um mecanismo de respeito à coisa julgada.

Como já dissemos, a Constituição Federal veda que lei posterior prejudique a coisa julgada (art. 5º, XXXVI). Mas aquilo que, p. ex., o parágrafo único introduzido no art. 741 do CPC faz, é impedir que uma decisão isolada continue a dar vida a uma norma que foi considerada inconstitucional pela Corte Suprema pátria. Fato que não é novidade no direito alemão, como bem salienta Araken de Assis (In: Nascimento, 2004, p. 220): “[...] o § 79-2 da Lei do *Bundesverfassungsgericht* estabelece que, apesar de remanescerem íntegros os provimentos judiciais proferidos com base em lei pronunciada inconstitucional, torna-se inadmissível (*unzulässig*) sua execução, aplicando-se o § 767 da ZPO. Este parágrafo autoriza a oposição do executado (*Vollstreckungsgegenklage*) com base em exceções supervenientes ao trânsito em julgado”.

Evidentemente, colhe-se na inovação legislativa, até considerando-se a via pela qual veio mundo (medida provisória), manifesta intenção em proteger o erário público, fato que não pode tolher a força de disposição legal anterior, geradora de uma coisa julgada mais abrangente que a tradicional, encartada no parágrafo único do art. 28 da Lei 9.868/99, estatuinto que a “declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal” (grifamos). E mais, de regra, a decisão final na ADIn e na ADC tem eficácia *ex tunc*, admitindo-se proceder diferente somente por expressa decisão do STF, consoante dispõe o art. 27 da citada norma. Portanto, a vedação à execução do julgado calcado em norma inconstitucional, tendo em vista o disposto nestes artigos, já ocorreria a partir do momento em que fosse publicado o pronunciamento derradeiro da Corte Suprema. Tanto é assim que poderia o prejudicado, no nosso modesto entender, fazer uso, além das medidas já descritas anteriormente, da *reclamação* ao STF, consignada no art. 102, I, da CF.

Mas aquilo que fica evidente, mais uma vez, é a *vinculação da atividade judicial* à lei. Não é dado ao juiz o poder de reapreciar decisão protegida pela coisa julgada, a pretexto de teria ela violado texto fundamental, sem que o STF, seja em ADC ou ADIn, profira decisão em tal sentido, esclarecendo, inclusive, quais os limites temporais a serem observados quanto aos efeitos da decretação de inconstitucionalidade. Uma vez munido de tal decisão, aí sim, não só pode o magistrado, como tem o dever de observar a orientação superior.

Porém, ainda ficaria em aberto a questão alusiva ao acolhimento de exame de DNA que contenha resultado contrário à decisão quanto à filiação. Mais uma vez, percebe-se que já existe previsão legal regulando a matéria, aliás, de forma muito sábia. Não esqueçamos que o próprio sistema processual, ao tratar das relações ditas continuativas, a exemplo das ações de estado, traça um perfil da coisa julgada adequado ao caso, dotando-a de característica *rebus sic stantibus*, conforme preceitua o art. 471, I, do CPC. Decerto que quando da redação deste dispositivo o legislador não cogitou da situação decorrente da certificação pelo DNA, contudo, nada impede que num esforço exegético se possa enquadrar essa hipótese como geradora, através de uma ação revisional, de modificações quanto ao julgado primitivo que, na época em que foi proferido, calcou-se nos parâmetros de certeza disponíveis. Ademais, “como a todo intérprete, incumbe ao juiz postar-se como canal de comunicação entre a carga axiológica atual da sociedade em que vive e os textos, de modo que estes fiquem iluminados pelos valores reconhecidos e assim possa transparecer a realidade de norma que contém no momento presente” (DINAMARCO, 1994, p. 294).

Aqui, também, não encontramos grandes inovações, eis que o sistema legal, há muito permite que os efeitos da coisa julgada se ajustem a essas situações.

Outro campo que é muito lembrado quando se fala em flexibilização do julgado diz respeito às sentenças proferidas em lesão aos princípios constitucionais da moralidade ou legalidade, particularmente quando causadoras de vultosas indenizações contra o Poder Público.

Inexistem dúvidas que qualquer reparação a ser paga pelo erário é por todos compartilhada, posto que nós, cidadãos, é que arcamos com a conta. Porém, não se pode olvidar que a Fazenda Pública detém em todas as fases procedimentais inúmeros privilégios, que vão desde prazos mais alongados até, na maioria das vezes, remessas obrigatórias às instâncias superiores e execução diferenciada (via precatório). Mesmo superadas tais etapas, ainda pode o Poder Público invocar a presença de erros de cálculo que, sabidamente, não transitam em julgado (CPC, art. 463, I).

Não me convence a tese de que se possa suplantar a coisa julgada nessas circunstâncias, mesmo na fase de execução. Se houve um processo regular, com a participação do Ministério Público e superação de todas as etapas recursais, inexistirá óbice à imunização do julgado. Note-se que ainda existe a possibilidade da promoção da ação rescisória com base na existência de dolo do vencedor ou conluio entre as partes com o intuito de fraudar a lei (CPC, art. 485, III).

Se mesmo assim persistir uma decisão violadora daqueles princípios constitucionais, que se promova uma ação autônoma com a finalidade de ressarcimento do erário, sem prejuízo das medidas tendentes à punição dos agentes públicos porventura envolvidos, em face da prática de improbidade administrativa, posto que a “*verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença*”, não faz coisa julgada (CPC, art. 469, II). E se a execução do julgado ainda estiver em andamento, poder-se-á até obter o sobrestamento da liberação dos créditos, com base na decisão que advirá da ação de responsabilidade ulteriormente proposta, sem que isso signifique vulneração à coisa julgada, mas sim sustação dos *efeitos* decorrentes da decisão, procedimento hoje bastante comum nos pretórios brasileiros. E como dissemos acima, os efeitos não se submetem ao tratamento da coisa julgada.

Infere-se, assim, que em nenhum momento dentre aqueles apontados pelos arautos da “relativização”, a atividade judicial é unicamente presidida pelos princípios constitucionais. Aliás, os mecanismos que levam supostamente à desconsideração da coisa julgada já existem há bastante tempo no nosso ordenamento jurídico, vinculados justamente ao tipo de relação que originaram o título judicial. O que parece novidade não resiste a uma análise sistêmica do processo civil brasileiro, o que no nosso modesto entender é muito bom, posto que a persistência

no uso inveterado dos princípios constitucionais como vias de ataque à coisa julgada certamente acarretaria numa insegurança sem precedentes na nossa história forense.

5 – CONCLUSÕES

5.1. Embora a proteção da coisa julgada limite-se apenas à legislação ordinária, não podendo subsistir uma decisão que se contraponha às normas constitucionais, há também no sistema processual mecanismos destinados a depurar essas falhas antes do trânsito em julgado (recursos) e mesmo após, pela via rescisória, igualmente prevista na Constituição Federal.

5.2. Um dos grandes equívocos que se pratica no enfrentamento do tema é de se tomar como único modelo existente da coisa julgada aquele inserto no Código de Processo Civil, quando na verdade se trata de instituto deveras vinculado à política forense, podendo ser moldado dependendo do bem jurídico a ser protegido, ou até mesmo incorrer em determinados casos, por opção do legislador. Portanto, quem primeiro “flexibiliza” a coisa julgada, isso se considerarmos o tipo-padrão, é a lei.

5.3. São constitucionais as inovações introduzidas pela Medida Provisória 2.180-35, tanto no CPC quanto na CLT, justamente porque preservam a competência do Supremo Tribunal Federal ao julgar as ações declaratórias de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, bem assim face os efeitos *erga omnes* e *ex tunc* das decisões daí provenientes.

5.4. Tratando-se de relações continuativas, a coisa julgada já nasce submetida a cláusula *rebus sic stantibus*, razão pela qual, num esforço meramente interpretativo do texto legal, pode-se modificá-la em casos de superveniência de fatos científicos irrefutáveis, a exemplo do exame de DNA, que se contraponham à uma sentença transitada em julgado e de que não caiba mais rescisória.

5.5. Se alguma decisão, maculada pelo desrespeito à moralidade ou legalidade, gerar ou puder causar danos ao erário, seus *efeitos* é que serão combatidos através de ações próprias (inclusive relativas à improbidade administrativa), componente que não diz respeito à coisa julgada.

5.6. Portanto, em *nenhum* momento a atividade judicial é plenamente livre para desconsiderar uma decisão protegida pelo instituto da coisa julgada.

Por tais razões, ainda não me sensibilizou o fenômeno da relativização,

como algo verdadeiramente novo em nosso direito processual, eis que, ultrapassado o prazo para o ajuizamento da ação rescisória, a modificação do julgado somente poderá ocorrer através das vias e hipóteses legais já disponíveis, e em situações de extrema gravidade, o que preserva a harmonia entre os princípios da segurança jurídica e do acesso à justiça.

6 – REFERÊNCIAS

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do processo**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

Relativizar a coisa julgada material. **Revista de Processo (Repro 109)**, São Paulo, ano 28, p. 9-38, jan/mar. 2003.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. 4. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento**. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). **Coisa julgada inconstitucional**. 4. ed., Rio de Janeiro: América Jurídica, 2004.

RODRIGUES, Marcela Abelha. **Elementos de direito processual civil**. 3. ed., v. 1, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TESHEINER, José Maria. **Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.